

## ANEXO IV

Legislação / Art.º 17.º, n.º 1 Lei n.º 37/2006, de 09 de Agosto	PORTUGAL MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS <b>CARTÃO DE RESIDÊNCIA          PERMANENTE</b> Familiar de Cidadão da União Europeia, Nacional de Estado Terceiro	
--	---	--

APELIDO _____ NOME _____ NASCIDO A ____/____/____ EM _____ FILHO DE _____ E DE _____ ESTADO CIVIL _____ NACIONALIDADE _____ QUALIDADE DO TITULAR _____ PASSAPORTE OU B.I.N.º _____ EMITIDO EM ____/____/____ (DATA) (LOCAL)	CARTÃO N.º _____ VÁLIDO ATÉ ____ DE ____ DE 20 ____ DE ____ DE 20 ____ O DIRECTOR <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 100px; margin: 10px auto;">           FOTOGRAFIA         </div>	RESIDÊNCIA _____ ASSINATURA DO TITULAR <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 100px; margin: 10px auto;">           IMPRESSÃO DIGITAL - INDICADOR DIREITO         </div>
--	--	--

**Declaração de Rectificação n.º 5/2011**

Ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que o Decreto-Lei n.º 133/2010, de 22 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro de 2010, saiu com uma inexactidão na republicação constante no anexo ao diploma, lapso que, mediante declaração da entidade emitente, assim se rectifica:

Na republicação do Regulamento Que Fixa os Pesos e as Dimensões Máximas Autorizados para os Veículos em Circulação, no n.º 3 do artigo 3.º, onde se lê:

«3 — Estabelece-se como largura máxima dos veículos:

- a) Qualquer veículo — 2,55 m;
- b) Veículos de transporte condicionado — 2,6 m;
- c) Máquinas com motor de propulsão ou rebocáveis — 3 m.
- d) Veículos a motor e seus reboques — 4 m;
- e) Automóveis pesados de passageiros da classe I — 4,15 m;
- f) Máquinas com motor ou rebocáveis — 3 m.»

deve ler-se:

«3 — Estabelece-se como largura máxima dos veículos:

- a) Qualquer veículo — 2,55 m;
- b) Veículos de transporte condicionado — 2,6 m;
- c) Máquinas com motor de propulsão ou rebocáveis — 3 m.»

Centro Jurídico, 17 de Fevereiro de 2011. — A Directora, *Susana de Meneses Brasil de Brito*.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Portaria n.º 78/2011**

de 18 de Fevereiro

A Portaria n.º 192/2004, de 28 de Fevereiro, procedeu à instalação do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende e aprovou o respectivo regulamento interno, em anexo à referida portaria, no qual se encontra prevista, designadamente, a sede deste julgado de paz.

Volvidos mais de seis anos após a instalação do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende, a sede do referido julgado de paz carece de ser transferida de modo a melhorar e adequar o nível de prestação do serviço à procura por parte dos cidadãos no âmbito das variadas competências deste julgado de paz.

Foi assegurada uma adequada articulação e concertação com as Câmaras Municipais de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende, com a assinatura de uma adenda do protocolo, o que permite continuar um elevado nível de serviço, bem patente na circunstância de o tempo médio de resolução de processos se situar nos três meses.

É agora necessário proceder à alteração do Regulamento Interno, tendo em vista a sua adaptação à nova sede do Julgado de Paz. Altera-se também, seguindo a proposta do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, o regime aplicável à coordenação, representação e gestão do Julgado de Paz.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Justiça, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Alteração do Regulamento Interno do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende**

São alterados os artigos 1.º e 3.º do Regulamento Interno do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende, aprovado pela Portaria n.º 192/2004, de 28 de Fevereiro, que passam a ter a seguinte redacção:

**«Artigo 1.º**

[...]

1 — O Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende tem a sua sede no concelho de Tarouca, no lugar de Santiago, Arguedeira, 3610-111 Tarouca.

2 — .....

## Artigo 3.º

[...]

1 — A coordenação, representação e gestão do Julgado de Paz compete ao juiz de paz que, para o efeito, for nomeado pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.

2 — Nas ausências e impedimentos do juiz de paz-coordenador, este será substituído pelo que, para o efeito,

for nomeado pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.»

## Artigo 2.º

**Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Pelo Ministro da Justiça, *José Manuel Santos de Magalhães*, Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, em 10 de Fevereiro de 2011.

I SÉRIE



Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

**Diário da República Electrónico:**Endereço Internet: <http://dre.pt>**Contactos:**Correio electrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt)

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750